

# 'Partidos precisam ouvir movimentos sociais', diz filósofa Djamila Ribeiro

*Mestre em filosofia faz palestra gratuita em Brasília nesta segunda (23), às 19h.*

**(G1, 23/04/2018 - acesse no site de origem)**

Autocrítica e diálogo com os movimentos sociais é o caminho que a filósofa Djamila Ribeiro enxerga para um cenário político mais otimista após as eleições, em 7 de outubro. Segundo ela, é preciso que os partidos – especialmente os de esquerda – repensem o modus operandi da política e tentem ouvir “o quê os movimentos estão falando”.

*“É preciso encontrar uma forma de interligar todas essas lutas e não de lutar de maneira tão separada.”*

Djamila participa de um debate sobre diversidade cultural e de gênero às 19h desta segunda-feira (23) no Museu Nacional da República – a entrada é gratuita. Em entrevista ao G1, ela comentou sobre avanços conquistados pelos movimentos sociais, retrocessos políticos e polarização ideológica (leia entrevista abaixo).

O debate faz parte do Diálogos Contemporâneos, evento que ocorre até 12 de junho em Brasília e em Campo Grande, e levanta questões de relevância nacional – lutas indígenas, protagonismo feminino, mundo digitalizado, diversidades cultural e de gênero, patrimonialismo, religião e cultura do consumo.

**Leia entrevista completa:**

**G1: Os avanços conquistados pelas mulheres, pela população negra e pelas pessoas LGBTI estão ameaçados?**

**Djamila Ribeiro:** Acredito que sim, porque nenhum direito conquistado é permanente. Inclusive já foram tomadas medidas que atingem essas populações. A reforma trabalhista é uma delas, que vai atingir a todos e ainda mais os grupos vulneráveis. Assim como a [PEC \[241\]](#) que congela investimentos em saúde e educação. Isso tudo nos atinge indiretamente, porque somos os mais vulneráveis.

*“Há uma dificuldade no Brasil que é não lidar com os direitos de grupos com um olhar interseccional, transversal.”*



Por exemplo, numa pauta mais específica, como violência contra mulher e feminicídio, especialmente das mulheres negras, essa consciência tem crescido, porque é algo que nos atinge diretamente, é mais específico, então as pessoas entendem.

Mas, de maneira geral, as medidas amplas que afetam esses grupos de forma indireta são mais dificilmente compreendidas pela população.

### **G1: O que é preciso ser feito para que as conquistas não sejam perdidas?**

**Djamila:** Não tem muita saída a não ser seguir fazendo o que já vem sendo feito.

Os movimentos sociais têm um trabalho histórico de resistência e acho que é preciso continuar lutando no campo institucional e por meio das organizações populares.

Vemos candidaturas de mulheres com posicionamentos claramente feministas e isso é importante, mas tem que haver um entendimento, sobretudo das esquerdas, sobre o que os movimentos [dos negros, das mulheres, da população LGBTI] estão falando.

É preciso encontrar uma forma de interligar todas essas lutas e não de lutar de maneira tão separada. Essas demandas são fundamentais para pensarmos projetos de sociedade.

### **G1: O que as manifestações de preconceito contra estes grupos revela sobre o atual momento político?**

**Djamila:** O discurso reacionário não deixa de ser uma reação aos avanços conquistados nos últimos anos em relação a alguns grupos. Sobretudo a população negra obteve políticas muito importantes, entraram nas universidades e, de alguma maneira, há quem reaja para barrar esses avanços.



Mestre em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo e ativista feminista Djamila Ribeiro (Foto: Djamila Ribeiro/Divulgação)

**G1: O que a morte da vereadora do Rio de Janeiro [Marielle Franco](#) revela sobre este cenário?**

**Djamila:** Foi um recado sobretudo para as mulheres com a origem dela. Mostrou o que pode vir a acontecer caso a gente queira enfrentar o sistema. Ela tinha uma posição muito de luta, de enfrentamento, vinha fazendo denúncias importantes sobre como a população negra e, principalmente, a juventude negra é tratada no Brasil.

Num primeiro momento, todas nós ficamos com medo. Mas isso também fez surgir mais consciência do quanto a gente precisa ocupar esses espaços.

**G1: Você acredita que as pessoas estejam mais politizadas, informadas e conscientes?**

**Djamila:** Tudo na vida é política, né? O pensamento político pode te levar um ponto de mudanças emancipatórias e os movimentos sociais têm importância significativa na disputa de narrativas.

Pensando que metade da população tem acesso à internet, pelo menos nos centros urbanos, você vê meninas que pensam coletivamente, que se engajam em movimentos feministas, por exemplo.

A internet facilita essa comunicação, mas o fato de a gente não ter uma democratização maior do acesso, especialmente à educação, no campo macro, muitas pessoas acabam não usufruindo disso. E ainda tem o reacionário, que também entendeu que a internet é um espaço importante de comunicação.

## **G1: Você acredita que a internet se tornou um meio de disseminação de preconceitos e mensagens de ódio?**

**Djamila:** Existe muita fake news circulando e, muitas vezes, as pessoas não se preocupam em se aprofundar nos assuntos.

Todo mundo acha que pode falar sobre tudo sem, de fato, entender e isso dificulta o debate. Porque você parte de dados e estudos para questionar algo e as pessoas te contrapõem com o que elas acham.

Mas isso não é exatamente um problema das redes sociais [digitais]. Essas pessoas sempre pensaram assim, já falavam essas coisas e passaram a usar a internet para isso. A internet só acaba amplificando a voz dessas pessoas.

## **G1: Como você enxerga o Brasil após as eleições?**

**Djamila:** Prefiro nem pensar. Ainda não consigo nem traçar um diagnóstico, porque está tudo tão bagunçado. Estamos vendo processos tão violentos de falência institucional, desde quando a presidente [Dilma] foi deposta da maneira como foi, várias coisas em relação à prisão do Lula.

Quanto a isso, aliás, é preciso ver que, independentemente das críticas ao governo, o grande problema é arbitrariedade disso [das decisões da Justiça], especialmente enquanto outros continuam sem ser punidos.

A classe política precisa de fato repensar [as formas de atuação] e entender que não dá para pautar projetos de poder. É preciso pensar em projetos de sociedade e, para isso, tem que haver autocrítica e diálogo com os movimentos.

---

## **[Djamila Ribeiro responde posts machistas das redes sociais](#)**

A feminista e cientista política Djamila Ribeiro foi convidada pelo Catraca Livre para comentar mensagens machistas publicadas nas redes sociais. A ideia é promover a conscientização sobre o que esses tipos de pensamentos e porque é importante que eles sejam combatidos, mostrando que todas as mulheres têm o direito de ser tratadas com respeito e dignidade.

**[\(Catraca Livre, 24/01/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

Djamila também aproveita a oportunidade para explicar o que é feminismo e o quanto isso é importante para o empoderamento de todas. Os post machistas abordam temas com tipos de roupas, violência sexual, aborto, submissão e assédio.

Confira todos os comentários e as respostas da feminista no vídeo abaixo.

---

## **‘Ser negra aqui é ser estrangeira no próprio país’, diz Djamila Ribeiro**

O livro *O Que É Lugar de Fala?* foi lançado pela pequena editora Letramento, mas atraiu atenção de grandes selos. A autora, porém, pretende manter essa obra – e a coleção que organizou – onde está. Djamila Ribeiro explicou que só vai considerar ir a outras editoras em projetos futuros.

**(O Estado de S. Paulo, 18/12/2017 - acesse no site de origem)**

Feminista negra, mestre em filosofia política e ex-secretária-adjunta de Direitos Humanos de São Paulo – na gestão de Fernando Haddad –, a autora tem se destacado como uma das vozes mais atuantes, hoje em dia, em debates sobre questões de gênero e racismo. A entrevista à repórter Paula Reverbel, ela aborda o tema de seu livro: quem tem direito a voz em uma sociedade ainda racista e machista?

### **Pode falar um pouco sobre como é a sua experiência de ser mulher negra no Brasil?**

Infelizmente o Brasil naturaliza muito a violência. Muitas vezes, quando a gente fala da nossa rotina, as pessoas acham que é exagero. Só vão se chocar quando acontece algo com a filha, por exemplo, do Bruno Gagliasso. Mas falta o entendimento de que, quando a gente fala de racismo, é sobretudo do racismo estrutural. Ligar a televisão e não enxergar pessoas negras... Por que na USP a maioria dos professores são brancos e as mulheres que limpam os banheiros são negras? Por que não tem pessoas negras, enfim, nos espaços de poder?

### **Pode dar um exemplo de racismo estrutural que sofre?**

Se eu vou pegar um voo internacional, as pessoas olham com cara estranha, ou vêm falar em inglês comigo, porque acham que eu sou estrangeira. E eu tiro onda porque, se eu for também todo dia me estressar com isso, eu não vivo. Tenho uma filha pra criar, precisar estar bem. Se estou no exterior e encontro brasileiros, eles começam a perguntar: “Veio fazer o que aqui nos EUA, você veio sambar? Você veio fazer show?” Então, se eu encontro brasileiro sem noção fora do Brasil, eu geralmente falo “no português”, pra evitar o estresse. Passei uma semana de outubro na Noruega e andava muito mais tranquilamente num país nórdico do que no meu próprio país.

### **As pessoas lá veem com mais naturalidade?**

Muito mais. E olha que eu tive reuniões no Parlamento, com membros do partido do governo. Era vista como uma pessoa que foi pra uma reunião. Aqui no Brasil é sempre um olhar de estranhamento. No ano passado, quando eu era secretária de Direitos Humanos, já fui barrada em reuniões.

### **Você foi barrada?**

Barrada em recepções. Uma vez eu falei: “Olha, eu sou a Djamila, tenho uma reunião com tal

procurador”. E a recepcionista disse: “Mas agora o procurador tem uma reunião com a secretária-adjunta dos Direitos Humanos”. Falei: “Então, sou eu”. Coisas do tipo que acontecem no Brasil. Ser negra no Brasil é ser estrangeira no próprio país. Porque a gente nunca se sente pertencida e as pessoas sequer se questionam sobre isso, sabe? De tão naturalizado que está. As pessoas brancas precisam sair desse lugar do conforto e começar a olhar o Brasil real.

### **Como você explica o que é o ‘lugar de fala’?**

É pensar, sobretudo, quem foi autorizado a falar numa sociedade racista, machista. É só a gente começar a olhar as próprias produções bibliográficas dos nossos cursos, é só a gente começar a olhar quem são, numa redação, jornalistas. A gente não parte dos mesmos lugares de direito à fala. As pessoas gostam de dizer que tem que dialogar, mas como dialogar se um está no topo e o outro está na base? O outro sequer é ouvido, né? Então a gente falar de lugares de fala é pensar as hierarquias que estão postas na sociedade que autoriza que determinados sujeitos falem, ao passo que outros ficam invisíveis.

### **Essa discussão causa incômodo em algumas pessoas?**

Homens brancos são muito incomodados com esse debate. Alguns dizem “Ah, então agora a gente não pode mais falar”, como se nós tivéssemos algum poder de impedir que eles falem. O máximo que pode acontecer é eu bloquear esse sujeito na minha página de Facebook, mas ele vai continuar sendo o chefe de redação, ele vai continuar sendo o escritor publicado, ele vai continuar sendo o professor. A gente quer coexistir dentro desse espaço e ele quer continuar sendo voz única.

### **No debate sobre cotas nas universidades, muitos alunos de escola privada criticaram a reserva de metade das vagas para egressos de escola pública. Tem interesse próprio aí?**

Sim, de uma pessoa pensar: “Está tirando a minha vaga.” A pessoa já assume que é dela quando a vaga é pra todos. Mas quem eram as pessoas que conseguiam acessar esse espaço? Aquele sujeito branco que não questiona que ele faz parte de um lugar do privilégio e acaba naturalizando o privilégio. Ele não acha que aquilo foi construído à base da opressão de outros grupos. Então, quando ele não entende isso, vai falar: “Como assim, tá tirando a minha vaga!” Se entendesse o lugar social que ele ocupa, ele não ia naturalizar como dele.

### **Recentemente, a Tais Araújo e o Bruno Gagliasso reclamaram de racismo, mas sofreram reações diferentes. Como vê isso?**

É porque existe uma compaixão maior quando são as pessoas brancas falando. Quando vítimas da opressão reclamam, as pessoas tratam como mimimi ou como uma coisa chata. E a Tais Araújo só falou uma realidade. A gente vive num país em que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. As mães negras têm medo quando seus filhos vão pra rua. Eu tenho dois irmãos homens, minha mãe dizia: “Não saia sem documento, não saia malvestido.” Porque ela sabe o peso que é. No caso do Bruno e da Giovanna Ewbank, um casal branco, todo mundo se compadece, né? Não é culpa deles, evidentemente. São pessoas que estão indo buscar informação, são pessoas que admitiram a ignorância em relação à questão racial, que só foram sentir quando eles tiveram uma filha negra. Acho incrível o que estão fazendo, contribuiu muito para o debate. Pessoas brancas têm que contribuir para o combate racial. Mas percebemos o quanto a sociedade é hostil em relação às pessoas negras.

## **A Tais se referia a um tipo de racismo menos evidente. Causa mais indignação?**

Sim, porque quando a filha do Gagliasso foi xingada, você tem um fato concreto, não tem nem como dizer se foi racismo ou não. Já no caso da pessoa que atravessa a rua quando vê um menino negro (exemplo dado pela Tais), ela não quer se confrontar com aquela verdade desagradável. Então prefere não falar sobre aquilo ou atacar a Taís. Uma autora que eu uso muito no meu livro, a Grada Kilomba, diz que as pessoas reprimem pra não ter que lidar com verdades desagradáveis.

## **Tem-se apontado muitos casos de racismo ou machismo vindo de pessoas que não se davam conta de suas atitudes...**

É importante a gente ter humildade de entender que todo mundo vai reproduzir a opressão, a gente é criada pra reproduzir. Eu tive que aprender sobre a questão trans, já falei muita besteira. Passa pela humildade da pessoa de reconhecer que não sabe. Para conhecer a realidade das pessoas travesti eu fui ler sobre, eu fui em palestra sobre. Pedi desculpas e fui aprendendo. O problema é que as pessoas não querem ter esforço. As pessoas brancas têm que ler sobre a questão racial, dar espaço na mídia pra que essas pessoas falem. Existem várias formas de você contribuir. Na questão do machismo é a mesma coisa, os homens podem ler o que as feministas vêm produzindo. Quem não se informa diz: "Ah, mas eu acho que é." A gente tem que combater o racismo, o machismo e o achismo. O achar é uma irresponsabilidade, é antiético inclusive, é extremamente irresponsável socialmente. Você achar que o Brasil não é um país machista não retira o fato de que a cada cinco minutos uma mulher é agredida pelo companheiro.

## **Você é acadêmica. O que a academia não deu conta de fazer em relação a essas discussões?**

É importante sair da bolha da academia porque ela é um espaço de privilégios no Brasil. Eu quero falar de modo que a minha mãe entenda o que eu tô falando, que minhas tias entendam o que eu tô falando. E isso não significa que elas não entendem porque elas não têm capacidade. Elas não tiveram oportunidade de dominar uma linguagem que eu tive oportunidade de dominar. A gente não pode esquecer o compromisso com a sociedade. As feministas negras têm um compromisso muito grande com a linguagem. A Angela Davis é doutora em Sorbonne, mas se você pegar um livro dela, a linguagem é extremamente acessível. A academia critica os acadêmicos que fazem esse esforço de serem acessíveis. Eu sou acadêmica, mas consigo transitar em vários lugares. Ao mesmo tempo que estou na academia eu falo num canal de televisão aberta, vou à periferia participar de formação, vou a palestra e fico conversando com CEOs de grandes empresas. É importante saber transitar em todos os espaços e não criar um nicho.

## **Acadêmicos veem com maus olhos o seu jeito acessível de falar de feminismo?**

Muito. Muitas teóricas femininas também. Pelo fato de não ficar confinada numa biblioteca o dia inteiro. Eu poderia falar filosofês se eu quisesse. Falo filosofês em evento da filosofia, em que todo mundo domina aquela linguagem. Se eu vou falar num evento com pessoas de vários lugares, aquelas pessoas não têm obrigação nenhuma de dominar a linguagem filosófica. Se você tem um compromisso social você vai se preocupar com a questão da linguagem.

## **Às vezes há queixas quanto ao tom usado por quem reclama de racismo ou machismo. O que pensa disso?**



Colocam os movimentos como sendo agressivos, violentos. Muitas vezes existe certo exagero, eu sou crítica a algumas estratégias da militância, mas não posso dizer como essas pessoas devem reivindicar. Mulheres brancas ganham 30% menos que homens brancos, mulheres negras ganham até 50% menos. Elas vão continuar sendo oprimidas e você tá bravinho porque ela falou pra você calar a boca. O que é violento? Alguém mandar você calar a boca ou você, por pertencer a um grupo, estar sujeito a uma série de violências? Como é que eu vou chegar pra uma travesti e falar “não grite”? O Brasil é o país onde mais se matam travestis e transexuais no mundo.

---

## **Racismo: Manual para os sem-noção I, por Djamila Ribeiro**

*Um guia para evitar as ofensas e o senso comum em relação à luta feminista das negras*

**(CartaCapital, 22/06/2017 - acesse no site de origem)**

É muito comum, infelizmente, deturparem a luta feminista antirracista, reproduzir o senso comum e até ofensas. Por conta dessa situação, montei um pequeno manual didático. Esta é a primeira parte.

### **“Aceitar opiniões diferentes”**

Prezado(a) branco(a), se você é palmeirense e acha que o Corinthians é pior, tudo bem, posso aceitar. Se você prefere carne cozida sem cenoura, o.k. Mas dizer que beleza é uma questão de opinião, não dá. O racismo está na base da construção do belo. Cansei de ouvir: “Nossa, você é uma negra bonita” (com ar de surpresa) ou “Você é a negra mais bonita que conheço”.

Negras, claro, são feias por natureza. Ninguém diz que uma mulher branca é uma “branca bonita”. Dizem apenas que é “bonita”. Uma negra só pode ser bonita entre outras negras. Gostam de hierarquizar nossa beleza. E a clássica “Você dá de dez a zero em muita branca por aí”? Que elogio!

### **“Não gostar de se relacionar com negras não tem nada a ver com racismo, ninguém manda no amor”**

O amor nunca escolhe as negras. Engraçado. Segundo o IBGE, as negras são aquelas que menos se casam e formam a maioria das mães solteiras. Trabalhos acadêmicos revelam a solidão afetiva da mulher negra.

Se o racismo tem um papel preponderante na construção dos padrões de beleza, consequentemente terá na construção do desejo. Olhem as revistas. Liguem a tevê. Qual a “mulher ideal”? Quantas de nós foram preteridas pelo simples fato de ser negras? Como falar em gosto pessoal, quando a esmagadora maioria pretere mulheres negras? Como falar em “escolha do indivíduo”, quando essas escolhas não nos escolhem? Desculpem o trocadilho.



### **“Vocês veem racismo em tudo”**

Adivinhe... O racismo é um elemento estruturante da sociedade. Foram mais de 300 anos de escravidão e medidas institucionais para impedir a mobilidade social da população negra. E você diz que agora tudo é racismo. Em que tempo histórico nasceu? Tem certeza de que é deste planeta?

Ninguém fala em racismo por ser gostoso, ou por não ter mais nada para fazer na vida. Não gostaria de bater tanto na mesma tecla, mas a sociedade não me dá outra opção. Agora, pegue a sua nave espacial e volte para o planeta do qual veio. Pois, se tivesse chegado ontem e dado uma olhada bem rápida, teria notado o racismo latente desta sociedade. Por fim, vou lá passar o meu Lancôme. Sabe como é, preciso estar linda para a próxima chuva de meteoros.

### **“Vocês precisam criar uma forma de unir as mulheres e não separar”**

A sociedade é dividida. Como bem nos ensina Sueli Carneiro, o racismo cria uma hierarquia de gênero e coloca a mulher negra numa situação de maior vulnerabilidade social. Logo, é preciso nomear essa realidade, porque não se pensa em uma solução para um problema sequer pronunciado. Existem várias possibilidades de ser mulher e, justamente porque ela foi universalizada tendo como base a mulher branca, é preciso dizer. Não se trata de competição, mas de fatos históricos, dados de pesquisa.

Você quer destruir uma realidade impondo a sua como universal e ainda cobra formas de dialogar quando existe uma vasta bibliografia sobre o tema. Não sofremos de forma igual. A violência de gênero atinge todas as mulheres, mas atinge de forma mais grave aquelas que combinam mais de uma opressão. Se ainda insistir, reclame com o Ipea, que desenvolveu um material ótimo chamado “Dossiê das Mulheres Negras”.

### **“Acho as mulheres muito agressivas e violentas na hora de reivindicar”**

Primeiramente, defina violência. Segundo, estamos aqui para trazer narrativas de incômodo mesmo, como diz Audre Lorde. Estamos com raiva e temos o direito de estar. Você também estaria se vivesse sob uma realidade violenta e desumana. Se rissem e te excluíssem desde a infância pelo fato de ser negra. E, por fim, não cabe ao opressor dizer ao oprimido como ele deve reagir à violência.

### **“Amo a cor de vocês, mulheres negras são exóticas”**

Mulheres negras não são animais raros para serem consideradas exóticas. Somos, aliás, a maioria das mulheres no Brasil. Referir-se a um grupo dessa forma é colocar-se como superior. Você sabia que durante muito tempo negros e negras foram expostos em zoológicos humanos baseados nessa crença? Recomendo uma leitura sobre a Vênus de Hotentote, Sarah Baartman, exposta por ser considerada “exótica”.

Mesmo após sua morte, seus restos mortais, incluídas as partes íntimas, foram expostos até 2002 no Museu do Homem, em Paris. Trate os negros e as negras com naturalidade e não como se fossem extraterrestres, com condescendência. Faça como fazem com os brancos, sem alarde ou surpresa. Se quiser ser negra, informo: o racismo faz parte do combo.

---

# Manifesto da Marcha das Mulheres Negras de SP: 02/06/2017 - Funarte, às 18h30

Na próxima sexta-feira 2, as mulheres negras da cidade de São Paulo estarão irmanadas no centro da cidade, na Alameda Nothmann, 1058, a partir das 18h30, na [Marcha das Mulheres Negras](#).

*(Carta Capital, 02/06/2017 - [acesse no site de origem](#))*

O evento marca o início de um novo momento de organização da marcha, que vem construindo e incidindo de maneira contínua na luta negra e feminista. Convidamos todas as mulheres negras a participarem do evento (mais detalhes [aqui](#))

Recentemente, acompanhamos em São Paulo a ação criminosa da prefeitura e do governo do estado na [região da Cracolândia](#). A [guerra às drogas](#) é mais uma faceta do genocídio do povo negro e a higienização da cidade tem forte caráter racial e de criminalização da pobreza.

Em momentos de recrudescimento dos ataques à população negra, a maioria em situação de miserabilidade, é preciso se [aquilombar](#).

Abaixo, a carta pública escrita pelo coletivo que congrega cerca de 50 entidades do campo progressista e mulheres negras autônomas, que aborda esse e outros motivos que impõe a necessidade de uma ação coletiva e efetiva de combate às desigualdades pautadas no racismo, no machismo e no elitismo.

*Por Djamila Ribeiro*

**Marcha das Mulheres Negras: Um novo passo na caminhada contra o racismo, o machismo, a violência e pelo bem viver**

*Por Marcha das Mulheres Negras de São Paulo*

“Nós, mulheres negras, temos participado dos grandes momentos da luta antirracista em nosso país. Em 2015, passados vinte anos do reconhecimento de Zumbi dos Palmares e da morte da grande liderança feminina negra Lélia Gonzalez, as mulheres negras brasileiras tomaram para si a ação política sob a forma de presença organizada nas ruas.

E no dia 18 de novembro de 2015 realizamos, em Brasília, a Marcha das Mulheres Negras - Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, que reuniu cerca de 50 mil mulheres negras de todos os recantos do Brasil.

A organização das mulheres negras de São Paulo para a Marcha resultou numa ampla mobilização de mulheres negras, organizadas em entidades e movimentos, ou não. Graças a essa mobilização, foi possível levar a Brasília uma grande delegação, nos somando assim a este importante momento da luta negra e feminista.

Entretanto, essa demonstração de força organizativa não foi capaz de barrar o retrocesso em relação a conquistas históricas dos movimentos sociais negros e feministas, com o [desmonte](#), no primeiro semestre de 2016, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Secretaria de Política para Mulheres (SPM).

O advento do golpe no Brasil pela direita, com apoio dos fundamentalistas, aprofundou ainda mais o processo de retirada de direitos, que atinge mais diretamente as [mulheres negras](#), indígenas e afro-indígenas, imigrantes e refugiadas.

O desmonte completo da Secretaria de Política para Mulheres, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e o esvaziamento de função do Comitê Técnico de Saúde da População Negra do Ministério da Saúde são algumas das ações que demonstram a falta de compromisso dos golpistas com as pautas e políticas públicas relacionadas ao combate ao racismo e ao machismo.

Não à toa o Brasil acaba de ser execrado na Revisão Periódica da ONU devido à manutenção das desigualdades estruturais entre brancos e negros.

Após a marcha de Brasília, nós, milhares de mulheres negras, entendemos que o nosso papel é continuarmos juntas, por compreendermos o potencial transformador da união de diferentes mulheres negras, de segmentos diversos, com grande acúmulo de força política.

Percebemos a incidência necessária que poderíamos fazer em prol das mulheres negras junto ao próprio Movimento Negro e ao Movimento de Mulheres.

Mesmo entendendo que o Núcleo Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras foi desfeito após atingir seu propósito de construção da marcha, nós, em São Paulo, continuamos unidas e realizamos diversos atos somando às lutas das mulheres e dos movimentos populares.

Em São Paulo, por exemplo, mais de 3 mil mulheres negras ocuparam as ruas do centro no dia 25 de julho de 2016 denunciando o racismo e machismo existentes na política e também nos colocando na rua contra o governo Temer.

Em momento de intensa polarização política e falta de consenso, inclusive no campo da esquerda, nós, mulheres negras, seguimos juntas incidindo em todos os processos que consideramos necessários, construindo um processo de unidade política respeitando a nossa diversidade de posições e em cima de pautas que nos afetam cotidianamente.

Seguimos também em solidariedade às mulheres indígenas e quilombolas que lutam cotidianamente pela demarcação de suas terras, e às migrantes, imigrantes e refugiadas que engrossam cada vez mais o coro por um mundo sem fronteiras, exploração, machismo e racismo.

Por fim, o cenário político atual nos mostra a necessidade de repactuarmos nossa composição a fim de engrossarmos nosso peso político e a disputa de narrativas com o conservadorismo machista, racista, lesbofóbico e transfóbico crescente e a forte cooptação de negros.

Em São Paulo, depois de mais de duas décadas de governos tucanos, a legislação de cotas ainda é negada nas universidades estaduais e a polícia é uma das que mais mata a juventude preta e periférica no país.

E, na capital, vivemos a intensificação dos ataques ao nosso povo com a criminalização das lutas e movimentos sociais, das religiões de matriz africana e da cultura popular (a exemplo do grafite e da expulsão do samba da biblioteca Mário de Andrade), somados ao desmonte das políticas de educação e saúde com a suspensão do leite e transporte escolar, privatização das farmácias das UBSs, ataque à população em situação de rua e de vulnerabilidade psicossocial.

Assim, convidamos para se somarem a nós todas as mulheres pretas, organizadas ou não, todas as entidades mistas, partidos políticos com projeto progressista, coletivos preocupados com a luta antirracista, anti-machista e com a luta de classes que demarca lugar especialmente cruel para nós, mulheres negras periféricas.

Ressaltamos aqui que a Marcha das Mulheres Negras de São Paulo, como agora vamos nos referir ao nosso coletivo, é um espaço suprapartidário, suprarreligioso de construção horizontal, não vinculado a nenhuma organização ou governo, autônomo e independente, que propõe um retorno à unicidade da luta negra e feminista.

A Marcha só cumpre verdadeiramente seu papel quando sua construção consegue superar a segmentação por vertentes, entidades e grupos tão comuns no movimento social (negro, de mulheres etc.), que muitas vezes nos enfraquece.

Somos jovens, adultas, idosas, heterossexuais, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, mulheres com deficiência, das favelas, subúrbios, sem-teto, trabalhadoras domésticas, prostitutas, artistas, empreendedoras, intelectuais, mães, artesãs, quilombolas, catadoras de materiais recicláveis, trabalhadoras da saúde, educadoras, religiosas de matrizes africanas, pastoras evangélicas, agentes pastorais católicas, mães de crianças assassinadas, estudantes, comunicadoras, e muitas mais.

Convidamos todas a lerem outros documentos que demarcam nosso lugar político, como o lançado neste [8 de março](#) e o [Manifesto da Marcha das Mulheres Negras de 2016](#).

---

## **Quando o assédio é somado ao racismo, por Karoline Gomes**

Poucos momentos em minha vida gritaram tanto a minha identidade de mulher negra quanto o meu “primeiro assédio racista”. Eu já havia passado muitos constrangimentos na rua como uma adolescente, mas, se for possível classificar os piores tipos de “cantadas” que ouvimos na rua, eu diria que nenhuma se compara a ser chamada de macaca depois de ignorar um convite para o samba. Eu tinha 15 anos.

[\(Think Olga, 04/04/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Eu não me lembro do rosto do indivíduo, minha cabeça já estava baixa na primeira vez que ele se referiu a mim, me chamando de “mulatinha”, percebendo minha pouca idade. Nesse momento, eu já havia estava me punindo mentalmente por ter passado por ali no meu caminho

para o curso de inglês, mesmo sabendo do bar que ficava aberto durante a tarde nos fins de semana para receber os turistas que iam a praia.

Eu apertei o passo, ainda olhando para o chão, pois queria sair dali o mais rápido possível. Mas logo em seguida, vi os passos do meu agressor ao lado dos meus e me arrepiei de medo. Ele havia deixado sua cadeira na porta do bar e corrido para me alcançar só para deixar claro seu descontentamento com o fato de que o ignorei. “Não sei da onde você tira tanto orgulho, sua macaca”, disse e se retirou.

Até para mim, que cresci, assim como minha família negra, negando minha identidade, aquilo foi um aviso do que estaria por vir com meu amadurecimento. Os homens agora me veriam de um modo diferente que viam minhas amigas brancas.

Isso faz parte da experiência de crescer negra, ainda que sem consciência disso: depois do preterimento na infância, falta de amor e atenção de colegas, professores e até alguns familiares, um súbito interesse com a chegada da puberdade e da vida adulta, mas sem deixar de ser preterida, pois este interesse não costuma passar do convite para o sexo.

E esta visão, tão frequentemente reforçada pela mídia, nos coloca como objetos exóticos, como justificativa para o tipo de assédio ainda mais agressivo que sofremos. “Há sempre uma jogada, uma pergunta, uma imagem construída para remeter à sensualidade exacerbada. Mulheres negras representam perigo, ou são sedutoras ou os dois, são perigosas porque são sedutoras”, argumenta a jornalista negra Aline Ramos, na terceira parte do Minimanual de Jornalismo Humanizado da Think Olga, sobre racismo.

Assim é a vivência de uma mulher que tem que lidar também com o racismo, além do machismo. A “chegada da mulata” é o tema da palestra da youtuber e estudante de ciências sociais Nátaly Neri no TEDx, onde ela muito pontualmente coloca: “Quando a mulata chega, é insuportável, porque elas não conseguem andar na rua, elas não conseguem conversar com pessoas sem sentir o desconforto dos olhares e piadas direcionado ao seus corpos”.

Hoje, consciente da minha raça e cercada de mulheres que lutam para combater a cultura do assédio e do estupro a qual estamos inseridas socialmente, me sinto mais forte para falar sobre as camadas do problema como uma mulher negra. Não é à toa que conto este relato aqui, publicamente, pela primeira vez.

Isso não significa que posso deixar meus medos de lado. Medo de ser agredida caso reagir a um grito racista na rua. Medo de ser julgada e desacreditada por conta da minha cor ao enfrentar ou denunciar uma agressão, como aconteceu com Renata Hill e Patreese Johnson, mulheres negras e lésbicas americanas, que foram presas por se proteger de um assédio sexual nas ruas de Nova York (a história do ponto de vista das duas foi contada no documentário *Out In The Night*).

Ao mesmo tempo, também temo não conseguir demonstrar completamente a minha aversão ao assédio, pois, para o assediador, a cor da minha pele, o meu cabelo ou o tamanho dos meus lábios lhe dizem que estou sempre disponível e, muitas vezes, sinto a necessidade de deixar claro que não.

Mas a coragem de falar isso parte de uma necessidade que é maior do que os meus medos: o fato de que estes também são os medos de outras mulheres negras. Vem também da inspiração de ver Djamilia Ribeiro, no trailer do documentário *Chega de Fiu Fiu - O Filme*, expondo a

questão como o problema cultural que é.

A necessidade de trazer este recorte para o debate sobre assédio sexual é urgente no Brasil, onde, segundo a ONU, houve um crescimento de 54% na mortalidade da mulher negra entre 2003 e 2013, enquanto as mortes de mulheres brancas caíram 10%. Onde a mobilidade urbana (e os assédios encontrados nos caminhos) da mulher negra também é mais difícil, pois a maioria mora em periferias. Onde, quando acendemos socialmente, somos facilmente vistas como atrações para homens brancos e ricos, muitas vezes estrangeiros.

“Da cor do pecado”, “mulata”, “neguinha”. Nenhum desses termos me definem. Sou uma mulher, sou negra, jornalista, esposa, filha de outra mulher negra e mereço respeito. Mas porque ainda preciso abaixar a cabeça quando ouço estas palavras na rua?

Karoline Gomes é produtora de conteúdo e assistente de comunidades da ONG Think Olga.

---

## [Mulheres explicam por que a contratação do goleiro Bruno gera tanta revolta](#)

Bruno foi condenado, em primeira instância, a 22 anos e três meses de prisão por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver de Eliza Samudio, sua ex-amante e mãe de seu filho. A soltura do goleiro e sua contratação pelo Boa Esporte, na última sexta, revoltaram milhares de mulheres que viram na história um exemplo de descaso. Depois do feminicídio que chocou o país há sete anos, o suposto autor do crime pode ter a chance de jogar a Série B do Brasileirão.

*[\(UOL, 11/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)*

Embora tenha sido condenado em primeira instância por júri popular, Bruno ainda tem direito a apelações. Seu recurso à decisão está parado no TJ-MG (Tribunal de Justiça) há mais de três anos, e enquanto isso ele estava preso de forma preventiva. Há duas semanas, o STF (Supremo Tribunal Federal) concedeu habeas corpus ao jogador por entender que não havia “justa causa” para a manutenção do cárcere e que ele poderia aguardar o julgamento da apelação em liberdade.

*Leia também:*

*[Caso Bruno, um retrato incômodo do sistema penal brasileiro](#)*

*[Empresa interrompe patrocínio ao Boa Esporte após contratação de Bruno](#)*

A soltura do goleiro iniciou um processo intenso dele e de seu estafe, que se apressaram para colocá-lo de volta aos gramados. A negociação com o Boa Esporte, encerrada na última sexta, foi só o último capítulo de uma história que irritou bastante quem se chocou com o crime que vitimou Eliza Samudio.

Diante deste cenário, o *UOL Esporte* conversou com mulheres que explicaram por que a

contratação de Bruno gera tanto incômodo.

## **Justiça permite que Bruno jogue em vez de cumprir pena**

Nenhuma das ouvidas pela reportagem questiona a legalidade da libertação ou o desejo de Bruno retomar a carreira. “Segundo a lei, ele tinha direito a soltura. A gente pode questionar a lei, mas ele tinha esse direito”, disse Djamila Ribeiro, filósofa política e ativista do movimento feminista negro. “As mulheres realmente estão indignadas e o público em geral também. É como se ele tivesse saído impune. Temos de balancear os dois lados. Apesar de não ser a regra no nosso direito, a prisão deve ser a última medida. O problema é a Justiça, que não consegue atender a demanda”, disse Livia Magalhães, advogada criminalista e colunista da revista AzMina.

A questão é que o cenário poderia ser diferente se a Justiça tivesse sido mais rápida. O TJ-MG está há mais de três anos sem decidir sobre o recurso impetrado pela defesa de Bruno, e foi essa demora que permitiu ao STF liberá-lo da prisão. “É inadmissível (para ele e para qualquer outra pessoa condenada em 1ª Instância) que se aguarde preso por seis anos o julgamento de uma apelação que pode, ao menos por hipótese, reverter o resultado de uma primeira condenação, ou mesmo anular o julgamento”, escreveu Maíra Zapater, especialista em direito processual penal, no blog Justificando, da Carta Capital.

## **Nem todos podem ter a mesma Justiça**

Se há um consenso de que a situação de Bruno é legal, há uma lembrança constante de que outras pessoas em situação parecida com a dele não tiveram o mesmo privilégio. “Ele é uma pessoa que tem recursos, que pode contratar advogados bons, que vão no gabinete do desembargador ou do juiz e vão ter uma atenção especial ao processo. Não é qualquer preso que consegue interpor um habeas corpus no Supremo. Uma pessoa defendida por um defensor público, por exemplo, por mais que ele seja capacitado não consegue atender a demanda”, disse Livia Magalhães.

“A carreira do zagueiro Darzone [ex-Santo Ângelo] acabou depois do soco dado em Régis, então jogador do Caxias. A cena foi triste, porque a agressão ocorreu sem envolver jogada com a bola, e Régis teve traumatismo craniano e ficou quase 20 dias em coma. Isso aconteceu em 1999 e Darzone, até hoje, não conseguiu se recolocar direito no futebol, embora ainda atue por clubes pequenos. O lance foi injusto e cruel, mas por que motivo ele seria menos grave que a morte de Eliza Samúdio?”, relembra Renata Mendonça, jornalista e fundadora do coletivo Dibradoras.

## **O que o Boa Esporte vê em Bruno?**

Bruno volta ao time do segundo escalão nacional após sete anos de inatividade. A rapidez com que ele conseguiu a recolocação em alto nível desperta suspeitas de que o Boa Esporte e os demais clubes que demonstraram interesse no jogador tenham interesses não-esportivos no negócio.

“A gente se questiona se o real motivo da contratação dele é a competência – que ele não demonstra há pelo menos sete anos, ou o potencial de marketing e de exposição midiática que ele pode trazer. Quando falam em ressocialização, a gente não vê a mesma boa vontade de clubes de futebol em contratarem porteiros, roupeiros ou pessoas de outra função que são ex-presidiários”, disse Renata Mendonça.



“O problema todo, pra mim, é as pessoas enaltecerem tanto uma possível ressocialização e não se colocarem no papel de milhares de mulheres vítimas de violência. Esses times querem surfar na onda de um marketing vazio e não na ressocialização”, avalia Djamila Ribeiro.

### **Público recebe Bruno de braços abertos**

Dias depois de ter sido solto, Bruno foi ao Fórum de Santa Luzia e foi alvo de selfies e pedidos de autógrafos do público. Na internet, comentaristas de portais e redes sociais se manifestaram a favor do goleiro.

“O que parece ficar claro no caso de Bruno é que, sendo ele culpado ou inocente [...], o crime pelo que foi condenado não causa repulsa social na parcela da população que o aplaude, tira selfies e quer vê-lo em campo. Mais do que os fatos, [...] o que me incomoda não é a decisão do Judiciário pela sua liberação, [...] mas sim a leniência dessa parte do público que, de um lado, tão rapidamente se volta para linchar quem pratica um furto ou picha um muro, e de outro faz questão de tirar selfies com alguém que é retratado pelo sistema de justiça criminal e pela mídia como alguém condenado pelo assassinato de sua ex-mulher”, escreveu Máira Zapater.

“O que me incomoda é a misoginia. A forma pela qual a vida das mulheres é banalizada, como o Bruno já foi, entre aspas, perdoado, enquanto mulheres que a cada 5 min sofrem violência doméstica, a cada 11 min sejam estupradas sem que isso seja levado em consideração. Me incomoda mais essa absolvição da sociedade que a Justiça”, disse Djamila Ribeiro.

### **Bruno: “Prisão perpétua não vai trazer a vítima de volta”**

A frase acima foi dita por Bruno à Rede Globo, na única entrevista que ele concedeu desde a soltura. Em outra oportunidade, o advogado de Bruno declarou que vai solicitar o exame de DNA do filho de Eliza Samudio, cuja paternidade foi atribuída a Bruno pela Justiça do Rio de Janeiro em 2012.

“A postura dele reforça a do homem agressor, ao se colocar como vítima em um caso pelo qual foi condenado e que sequer pode ser esclarecido porque até hoje o corpo de Eliza Samúdio não foi encontrado. Bruno nunca assumiu o crime - e, pelo histórico de descrédito que se dá às mulheres, muitos ainda condenam Elisa enquanto absolvem Bruno”, disse Renata Mendonça.

*Por Gustavo Franceschini/UOL*

---

## **89% das negras foram vítimas de assédio; entre as brancas, 35%**

Uma a cada três brasileiras com 16 anos ou mais foi espancada, xingada, ameaçada, agarrada, perseguida, esfaqueada, empurrada ou chutada nos últimos 12 meses.

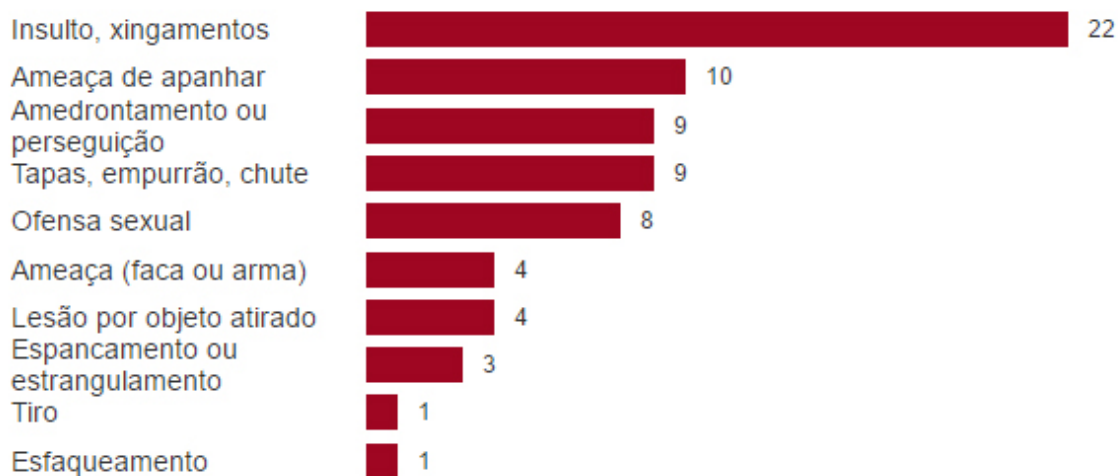
A pesquisa mostrou que mais mulheres pretas (32%) e pardas (31%) relataram violência nos últimos 12 meses do que as brancas (25%). Discrepância maior surgiu quando as questões

eram relativas a assédio: 35% das mulheres brancas reportaram terem sido alvo de comentários desrespeitosos ou contatos físicos indesejados contra 89% das negras.

[\*\(Folha de S.Paulo, 08/03/2017 - acesse no site de origem\)\*](#)

É o que aponta a pesquisa “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, realizada pelo Datafolha a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que entrevistou mulheres de todo o país e revelou: 29% delas afirmaram ter sofrido violência física, verbal ou psicológica no ano anterior.

## **% POR TIPO DE VIOLÊNCIA**



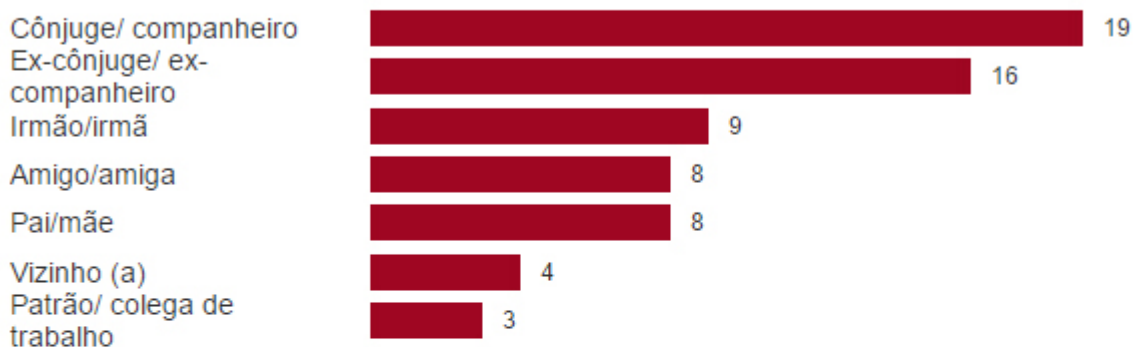
**29%** afirma ter sofrido algum tipo de agressão nos últimos 12 meses

Margem de erro de 3 pontos percentuais para cima ou para baixo. Foram ouvidas 2.073 pessoas entre os dias 9 e 11 de fevereiro Fonte: Datafolha

O estudo projetou que 503 mulheres foram vítimas de agressões físicas a cada hora no Brasil e que dois a cada três brasileiros (66%) presenciaram uma mulher sendo agredida física ou verbalmente no mesmo período.

## % DO PERFIL DOS AGRESSORES

Entre os conhecidos

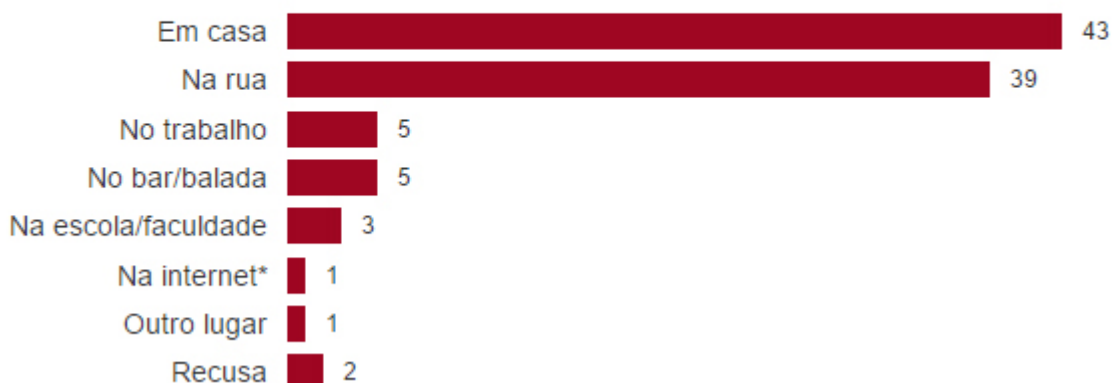


Margem de erro de 3 pontos percentuais para cima ou para baixo. Foram ouvidas 2.073 pessoas entre os dias 9 e 11.fev  
Fonte: Datafolha

“Os resultados da pesquisa mostram que a violência faz parte da gramática dos relacionamentos no país e que é algo socialmente tolerado”, avalia Samira Bueno, diretora-executiva do fórum.

## ONDE OCORRERAM AS AGRESSÕES

Em %



De acordo com a pesquisa, financiada pelo governo do Canadá e pelo Instituto Avon, o agressor era conhecido das vítimas em 61% dos casos relatados. As agressões ocorreram principalmente em casa (43%) e na rua (39%), mas também no trabalho (5%) e na balada (5%) e foram mais frequentes entre mulheres de 16 a 24 anos (45%).

## INFORMAÇÃO

“A mulher mais jovem tem tido mais acesso a informação e já reconhece determinados gestos, como beijo forçado ou assédio no transporte público, como formas de violência que vão além do bater ou agredir fisicamente”, explica a socióloga Wânia Pasinato, consultora especializada em violência contra a mulher.

Apesar do acesso à informação e do debate público sobre o tema, intensificado desde a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, criada para coibir a violência doméstica, 52% das mulheres entrevistadas que reportaram agressões não fizeram nada a respeito da violência sofrida.

### O QUE AS MULHERES FAZEM APÓS SEREM AGREDIDAS

Em %



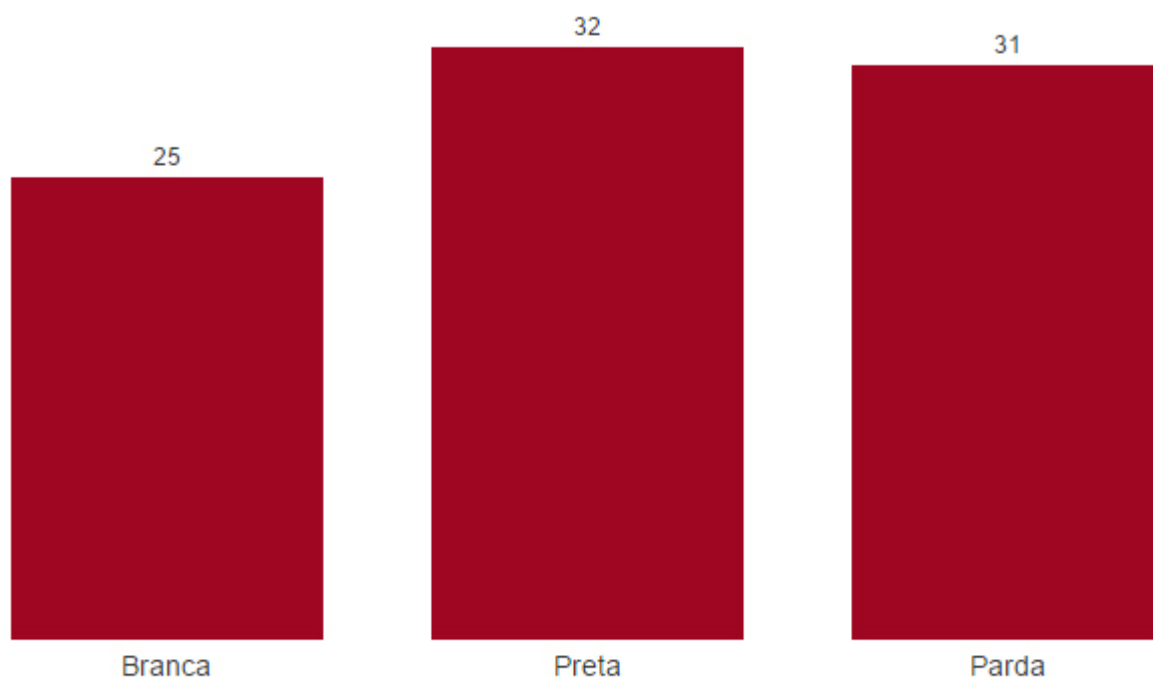
Margem de erro de 3 pontos percentuais para cima ou para baixo. Foram ouvidas 2.073 pessoas entre os dias 9 e 11.fev  
Fonte: Datafolha

Das 48% que tomaram alguma medida, 13% procuraram ajuda da família, 12% apoio dos amigos e 5% procuraram a igreja que frequentam. Apenas 11% buscaram uma delegacia da mulher, enquanto 10% denunciaram o caso numa delegacia comum.

A socióloga lembra que as delegacias da mulher foram criadas há 32 anos inspiradas numa política especializada em que a resposta policial aos casos mais graves tinha de se integrar a outros atendimentos, como os apoios psicológico, assistencial e jurídico.

“Criminalizar as várias formas de violência contra a mulher não é solução. A Lei Maria da Penha ajuda, mas é insuficiente, por isso muitas mulheres não denunciam a violência que sofrem.” Para ela, essas respostas passam necessariamente pela prevenção e educação.

## % DE MULHERES AGREDIDAS POR COR



**Mulheres negras** sofreram mais agressões nos últimos 12 meses

Margem de erro de 3 pontos percentuais para cima ou para baixo. Foram ouvidas 2.073 pessoas entre os dias 9 e 11.fev  
Fonte: Datafolha

### MULHERES NEGRAS

A pesquisa mostrou que mais mulheres pretas (32%) e pardas (31%) relataram violência nos últimos 12 meses do que as brancas (25%).

Discrepância maior surgiu quando as questões eram relativas a assédio: 35% das mulheres brancas reportaram terem sido alvo de comentários desrespeitosos ou contatos físicos indesejados contra 89% das negras.

“Esse dado traz as marcas estruturais do racismo ainda presentes na sociedade brasileira”, diz Juliana Gonçalves, 30, organizadora da Marcha das Mulheres Negras em São Paulo, para quem o corpo da mulher negra é visto como mais público e disponível que o das outras mulheres. “O corpo da mulher negra é mais facilmente sexualizado, deixando-a mais vulnerável à violência”, diz.

Para a filósofa e ativista Djamila Ribeiro, “as feministas negras vêm denunciado a falta de um olhar racial nas políticas de enfrentamento à violência contra a mulher”.

Ela lembra que o Mapa da Violência de 2015 mostrou que os homicídios de mulheres brancas haviam diminuído 10% na década anterior enquanto o assassinato de mulheres negras havia crescido 54% no mesmo período.

“Precisamos pensar no componente racial. Não podemos debater mulher como se fosse uma categoria universal quando as negras têm menos acesso aos bens públicos e menos condições financeiras. Quando não nomeamos essa realidade, mantemos a invisibilidade dessa diferença”, diz.

---

# Polêmica sobre uso de turbante suscita debate sobre apropriação cultural

Um adereço de origem oriental, símbolo da cultura e religiosidade de matrizes africanas, que já fez a cabeça de foliões em muitos Carnavais e frequentou passarelas de moda, reduziu um debate tido como fundador da sociedade brasileira a uma questão menor: branco pode ou não usar turbante?

**[\(Folha de S.Paulo, 23/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

O turbante, ícone da etnicidade negra, suscitou discussões e dezenas de artigos e vídeos sobre apropriação cultural quando uma garota com leucemia postou nas redes sociais que havia sido [constrangida por jovens negras a retirá-lo de sua cabeça por ser branca](#).

Apropriação cultural é quando elementos de uma determinada cultura são tomados como seus por uma outra cultura dominante, ou seja, quando existe uma relação assimétrica de poder.

O relato de Thauane Cordeiro, que lançou a hashtag #VaiTerTodosDeTurbanteSim, convulsionou as redes, opondo grupos à direita (“é racismo inverso”) e à esquerda (“é racismo”), brancos (“tenho o direito a usar o que eu quiser” ou “cultura não tem dono”) e negros (“é a banalização de um símbolo da nossa cultura”).

Para a filósofa e ativista Djamila Ribeiro, a questão passa longe do “pode ou não usar”. “O que incomoda o movimento negro é que nossas pautas são ridicularizadas ao mesmo tempo em que se quer fazer uso da nossa cultura e de seus símbolos.”

“A população negra, além de ter sido escravizada, teve sua cultura inferiorizada e criminalizada”, explica ela. “Esses mesmos elementos, quando interessantes ao mercado, foram embranquecidos, esvaziados e, então, transformados em produto comercial, sem que os povos que o produzem fiquem com sua fatia do bolo por serem etnias marginalizadas.”

A capoeira, que no século 19 era considerada crime de vadiagem, e o samba seriam outros exemplos de apropriação cultural, pois teriam conquistado as massas em especial quando protagonizados por brancos.

O mesmo poderia ser dito, defendem estudiosos, do rock e do jazz: ambos de origem negra, ganhariam o mundo na pele e no rebolado branco. Nos EUA, o fenômeno ganhou até termo próprio: “whitewashing”, algo como “lavagem branca”.

O hip-hop, os cabelos rastafári e o culto a orixás de religiões afro-brasileiras em versões brancas completariam essa lista.

“O que é de origem italiana ou judaica, por exemplo, é respeitado como tal. Por que não respeitar o que é símbolo da cultura negra?”, questiona Ribeiro.

O uso pela indústria da moda de crucifixos, símbolo do catolicismo, ou de quimonos, típicos da

cultura japonesa, não geram a mesma discussão, segundo antropólogos ouvidos pela Folha, porque não carregam a carga de segregação pregressa dos negros no Brasil.

“Quando falamos em população negra, temos de pensar no que eles viveram ao longo da nossa história para entendermos a violência e virulência com que certas bandeiras são colocadas atualmente, haja visto o genocídio da juventude negra nas periferias urbanas”, avalia a historiadora Marina de Mello e Souza, autora de “África e Brasil Africano” (ed. Saraiva).

Para ela, nossa história escravista e a sistemática marginalização e inferiorização do negro e de sua cultura tornam essa uma bandeira política. “A gente lida muito mal com nossa herança africana.”

Cristian Salaini, antropólogo especialista em patrimônio cultural afro-brasileiro, afirma que os brasileiros têm uma relação ambígua com a cultura afro. “O uso de símbolos negros ocorre quando é conveniente e cool, e sem ônus. O sujeito não pratica o candomblé nem vive na periferia.”

Para a antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz, autora de “O Espetáculo das Raças” (Companhia das Letras), “é importante politizar essa questão e mostrar como os costumes e os termos não são ingênuos, que tudo tem passado e história”.

Schwarcz cita “Um Rio Chamado Atlântico” (ed. Nova Fronteira), de Alberto da Costa e Silva, que aponta que o turbante viajou da África para as Américas e das Américas para a África, onde disputaria território com os cabelos trançados, num movimento de fluxo e refluxo.

“As populações brancas, por sua situação, tiveram mais condições de apropriar do que de serem apropriadas. É inegável que estamos todos nos copiando, mas a cultura não é um terreno separado da política”, afirma. “Toda essa questão de apropriação cultural é politicamente relevante contanto que não gere censura.”

Um jovem de cabelos rastafári loiros, que não quis se identificar para evitar represálias virtuais, admite que o debate o fez refletir sobre seu estilo, ao qual diz ter aderido como homenagem aos negros e manifestação de rebeldia.

“Não posso carregar as bandeiras do movimento negro e o peso de sua história porque uso este cabelo. Não seria de verdade”, admite. “Mas também não vou mudar meu estilo por causa disso.”

A cantora Mahmudi diz não gostar da “divisão” que tem acompanhado a discussão. “Você acaba focando uma coisa muito específica como o turbante, e afastando as pessoas. Temos que lutar por igualdade de outra forma.”

Para a ativista e editora de estilo Juliana Luna, que ministra workshops de turbante para mulheres negras e brancas, o caminho é informar e educar sobre a simbologia de certos elementos da cultura negra, gerando respeito. “O privilégio cega as pessoas e propaga o racismo e a ignorância. Mas podemos hackear isso em favor da nossa memória e cultura.”

*Fernanda Mena*



---

# O teu discurso não nega, racista, por Djamila Ribeiro

*Deixar de cantar marchinhas ofensivas a grupos historicamente discriminados não vai acabar com a diversão de ninguém*

**[\(CartaCapital, 10/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)**

Em meio a tantas falsas polêmicas criadas sobre marchinhas de Carnaval ofensivas, resolvi escrever esse texto. Os auto-proclamados intelectuais brasileiros já saíram em defesa do que é indefensável, ao minimizar, relativizar, ou, ainda, pedir compreensão com músicas de cunho racista que guardam “tradição”.

Uma vez que estamos no tempo de dizer o óbvio, como dizia Bertold Brecht, não é argumento dizer que essas músicas fazem parte de uma tradição quando toda tradição é inventada.

Muito menos afirmar que fazem parte da cultura, quando o racismo, o machismo e a homofobia também são culturais. Compositores não vivem numa galáxia distante, logo também aprendem e internalizam esses valores.

A questão é: as pessoas não querem se dar ao trabalho de se tornarem melhores. Se os grupos alvos dessas marchinhas se sentem ofendidos, é hora de repensar. Além, não é mera questão de sentir, existe uma bibliografia vasta explicando do porquê se tratam de reproduções de opressões.

Vamos a um trecho de uma delas, *O teu cabelo não nega*, de Lamartine Babo:

*O teu cabelo não nega mulata  
Porque és mulata na cor  
Mas como a cor não pega mulata  
Mulata quero seu amor*

A letra é autoexplicativa, mas vamos a ela: a referência ao cabelo é feita de forma pejorativa, mas o mais chocante é o fato do amor da moça só ser desejado pelo fato “da cor não pegar”.

Ou seja, ele pode até amá-la, mas “sem se sujar” numa clara demonstração de nojo ou repulsa a cor negra.

Além do que, o termo “mulata” é igualmente pejorativo. Trata-se de uma palavra de origem espanhola que vem de “mula” ou “mulo”, fazendo referência àquilo que é híbrido em relação ao cruzamento de espécies. Mulas são animais nascidos do cruzamento dos jumentos com éguas ou dos cavalos com jumentas.

Refere-se, portanto, a uma expressão pejorativa que indica mestiçagem, mistura imprópria. Utilizado desde o período colonial, essa palavra era empregada para designar pessoas negras de pele mais clara, frutos dos estupros sistemáticos de mulheres escravizadas pelos senhores

de engenho.

Logo, não há explicação plausível para a insistência no uso do termo. A consciência sobre o que significa deveria fazer com que as pessoas se envergonhassem de usar.

Adjetivar o não uso da palavra e da marchinha como censura demonstra falta de compreensão sobre o que significa censura e um escárnio para quem verdadeiramente sofreu com ela nos tempos de Ditadura Militar.

O que se quer aqui é uma decência mínima e demonstração de humanidade, ao contrário do que a censura impõe.

Vale dizer que as minimizações das ofensas reproduzidas nas músicas ocorrem porque essas pessoas não veem as históricas dores do povo negro da mesma forma como veem, por exemplo, a do povo judaico.

Ou alguém consegue conceber uma marchinha que ofenda judeus ou minimize o Holocausto? Falta empatia em quem reproduz o pensamento racista, obviamente.

Do mesmo modo, marchinhas como *Maria Sapatão* e *Olha a cabeleira do Zezé* são, além de mau gosto, ofensivas às lésbicas e aos gays. No Brasil, existe a ideia de se romantizar as coisas ou tratar como jocoso. É preciso entender o que há por trás disso - e tal tomada de consciência exige trabalho mesmo. Coisa que a maioria privilegiada, não acostumada a ele, não quer.

Existem muitas marchinhas divertidas por aí. Assim, não cantar algumas que sejam ofensivas a grupos historicamente discriminados não vai acabar com a diversão de ninguém.

Divertir-se com o escárnio do outro não deveria ser entendido como diversão.

Os tempos mudam, as pessoas evoluem, ainda bem. Vozes do passado precisam estar exatamente no tempo histórico em que estão.